



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 13ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 28.10.2015

Aos 28 dias do mês de outubro de 2015, compareceu à sede da 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0005616-95.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Anita Job Lübbe, pelo Juiz Substituto Guilherme da Rocha Zambrano, pela Diretora de Secretaria Jeanne Marie Gavard e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 08.03.1971

Data da última correição realizada: 26.11.2014

Data de Instalação do PJe: 23.09.2013

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 28.10.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Anita Job Lübbe	Juíza Titular	Desde 16.02.2011
Guilherme da Rocha Zambrano	Juiz Substituto	Desde 10.11.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 14.10.2015)

2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 13ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 01 Juiz Substituto.



2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	Anita Job Lübbe	Juíza Titular desde 16.02.2011		
1	Carolina Santos Costa de Moraes	13.08.2012 a 29.09.2014	Juíza Substituta lotada na Unidade Judiciária	2 anos, 1 mês e 17 dias
2	Matheus Brandão Pereira	07.01 a 05.02.2014	Atuação em razão do afastamento da Juíza Titular para proferir sentenças em processos de seu resíduo.	29 dias
3	André Sessim Parisenti	21 a 24.10.2014	Atuação em razão do afastamento da Juíza Titular, conforme PA nº 0006736-13.2014.5.04.0000.	4 dias
-	Guilherme da Rocha Zambrano	Juiz Substituto lotado desde 10.11.2014		
4	Jaqueline Maria Menta	18 a 21.08.2015	Atuação em razão do Juiz Substituto lotado encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	4 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 14.10.2015)

2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular e dos Juizes Substitutos Lotados durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Anita Job Lübbe	Afastamento para proferir sentenças de seu resíduo	07.01 a 05.02.2014	136 dias
		Afastamento conforme PA nº 0001333-63.2014.5.04.0000;	27.03.2014	
		Férias	16 a 30.06.2014 04 a 30.09.2014 18 a 21.02.2015 20 a 27.04.2015 31.08 a 29.09.2015	
		Afastamento conforme PA nº 0006736-13.2014.5.04.0000	21 a 24.10.2014	
		Afastamento conforme PA nº 0003051-61.2015.5.04.0000;	18 e 19.06.2015	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	12 a 14.08.2015 08 a 15.10.2015	
		Afastamento conforme PA nº 0004788-02.2015.5.04.0000;	18 a 21.08.2015	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Substitutos lotados	Carolina Santos Costa de Moraes	Férias	15.07 a 13.08.2014	30 dias
	Guilherme da Rocha Zambrano	Férias	07.01 a 05.02.2015 06.07 a 04.08.2015	60 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 14.10.2015)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Jeanne Marie Gavard	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria (CJ3)	25.06.2012
2	Marcelo Castro dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	12.03.2015
-	Pedro Henrique Bueno de Barcellos	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	10.11.2014
3	Paulo Norberto Schutz	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	16.01.2006
4	Bibiana Nodari Borges	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	23.04.2013
5	Cristiane Mezzomo Bresolin	Analista Judiciário - Área Judiciária	Secretário de Audiência (FC03)	26.11.2013
6	Cátia Hubler Amorim (<i>Em férias</i>)*	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	03.04.2012
7	Sandro Andrade Lorenzini	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	17.08.2015
8	Michele Macagnan	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	27.05.2010
9	Rodrigo Blochtein Kulkes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	03.02.2011
10	Jaciara Eliete dos Santos Machado	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	29.08.2013
11	Leandro Zeni Carbonera	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	10.12.2013



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

12	André Capobiango Aquino	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	29.01.2015
13	Nina Rosa dos Santos Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	03.08.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.09.2015)

* Servidora encontra-se em férias de 19.10 a 28.10.2015.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.527 processos	1.501 a 2.000	13 servidores	13 a 14 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está **de acordo** com o parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
André Capobiango Aquino* (desde 29.01.2015)	Prazo para Deslocamento	10	10
Bibiana Nodari Borges	Curso ou Evento	1	1
Cátia Hubler Amorim	Curso ou Evento	4	8
	Dispensa Médica	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
Cristiane Mezzomo Bresolin	Curso ou Evento	1	7
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	6	
Jaciara Eliete dos Santos Machado	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	1
Jeanne Marie Gavard	Curso ou Evento	4	4
Leandro Zeni Carbonera	Curso ou Evento	3	3
Marcelo Castro dos Santos* (desde 12.03.2015)	-	-	-
Michele Macagnan	Curso ou Evento	4	190
	Licença Gestante	120	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Prorrogação Licença Gestante	60	
	Doença em Pessoa da Família	5	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Nina Rosa dos Santos Silva* (desde 03.08.2015)	-	-	-
Paulo Norberto Schutz	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	37	37
Pedro Henrique Bueno de Barcellos* (desde 10.11.2014)	Licença Paternidade	5	5
Rodrigo Blochtein Kulkas	Curso ou Evento	2	6
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	1	
	Trabalho nas Eleições	3	
Sandro Andrade Lorenzini* (desde 17.08.2015)	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.09.2015)

* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Maria Julia Carvalho Richter	07.11.2012	04.03.2014	1 ano, 3 meses e 28 dias	Lotação na Secretaria da 2ª Turma – Auxiliar Especializado (FC01)
2	Cibele Almeida Nunes Pretto	18.01.2013	19.11.2014	1 ano, 10 meses e 2 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Erechim – Assistente de Juiz Titular (FC05)
3	Paula Alves Leitão	09.12.2009	17.12.2014	5 anos e 9 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de São Leopoldo
4	Leonardo Veiga da Silva	03.07.2013	25.02.2015	1 ano, 7 meses e 23 dias	Lotação na Secretaria da 4ª Turma – Assistente (FC02)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5	Renata Busnello de Marchi	24.06.2013	21.05.2015	1 ano, 10 meses e 28 dias	Lotação na 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Secretário de Audiência (FC03)
6	Jardel de Paula Peres	09.03.2015	02.08.2015	4 meses e 24 dias	Lotação no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Lourenço do Sul
7	Luciana Saraiva Bender	16.06.2015	14.10.2015	3 meses e 29 dias	Remoção para o TRT da 14ª Região

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.09.2015)

2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Carlos Ricardo dos Santos Vieira	Superior em Direito	20.07.2015 a 19.01.2016
2	Filipe Gustavo Silva de Barba	Superior em Direito	23.03.2015 a 22.03.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.09.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação da Juíza Titular e dos Juizes Substitutos Lotados durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Anita Job Lübbe	-	3	34,5	37,5
Substitutos lotados	Carolina Santos Costa de Moraes	-	3	39,5	42,5
	Guilherme da Rocha Zambrano	-	-	60,5	60,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
André Capobiango Aquino	-	-	-	-
Bibiana Nodari Borges	-	-	24	24
Cátia Hubler Amorim	-	4	453	457
Cristiane Mezzomo Bresolin	-	-	216	216



Jaciara Eliete dos Santos Machado	-	-	356,5	356,5
Jeanne Marie Gavard*	-	4	47	51
Leandro Zeni Carbonera	-	20	100	120
Marcelo Castro dos Santos	-	8	97	105
Michele Macagnan	-	8	91,5	99,5
Nina Rosa dos Santos Silva	-	-	-	-
Paulo Norberto Schutz	-	-	66	66
Pedro Henrique Bueno de Barcellos	-	-	148,5	148,5
Rodrigo Blochtein Kulkes	-	-	195	195
Sandro Andrade Lorenzini	-	20	10	30

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.423	2.744	13,25%	3.331	21,39%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	260	348	33,85%	294	-15,52%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.871	1.716	-8,28%	1.669	-2,74%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	87	110	26,44%	201	82,73%
Total	4.641	4.918	5,97%	5.495	11,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

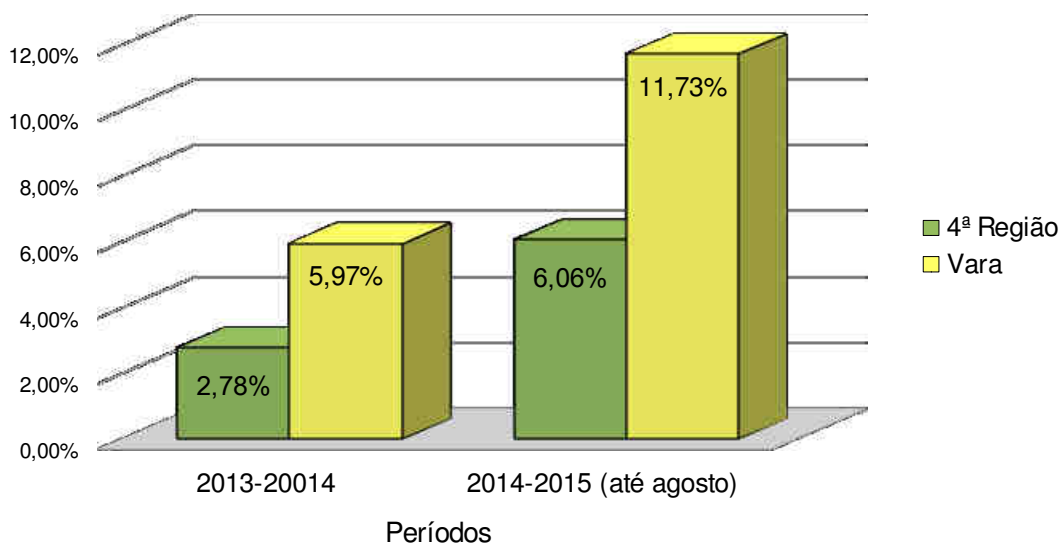
No ano de 2014, houve uma elevação de 5,97% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. A execução foi a única fase que apresentou queda no estoque (decréscimo de 155 processos, o



que corresponde a uma redução de 8,28%). Por outro lado, o conhecimento foi a fase que registrou o maior aumento no acervo em números absolutos (acréscimo de 321 processos), ao passo que a liquidação foi a espécie que apresentou a maior elevação percentual (33,85%) no período sob análise.

O acréscimo no estoque de processos da 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2014 superou a média apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação. A seu turno, os dados parciais de 2015 (colhidos até o mês de agosto) apontam um aumento de 11,73% no acervo de processos tramitando na Unidade – novamente superior à tendência regional no mesmo período, como aponta o gráfico abaixo:

Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Casos novos	1.524	1.597	4,79%	1.124	-29,62%
Sentenças anuladas/reformadas	13	1	-92,31%	3	200,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.454	1.146	-21,18%	1.080	-5,76%
Processos pendentes de solução	1.043	1.430	37,10%	1.500	4,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

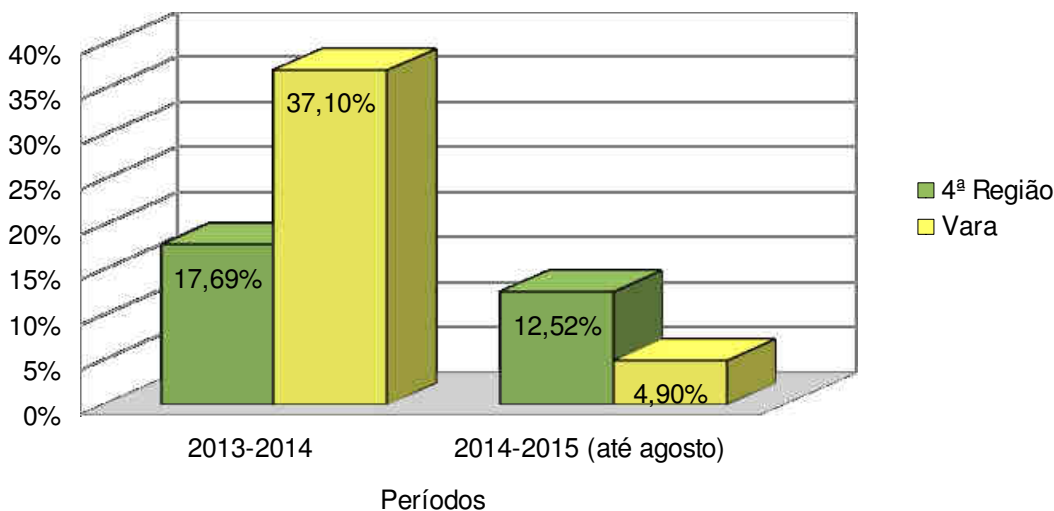
No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 37,10% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.043 para 1.430 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª



Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi a queda de 21,18% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013, combinada com um aumento de 4,79% na média mensal de casos novos (a qual passou de 128,08 processos, em 2013, para 133,17 processos, em 2014).

A seu turno, os dados dos oito primeiros meses de 2015 apontam aumento de 4,90% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é inferior, contudo, à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (59,23%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar que em 31.12.2014 havia 134 processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, ao passo que em 31.08.2015 há apenas 01 processo nessa situação (o que perfaz uma queda de 99,25%). Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	318	363	14,15%	457	25,90%
Aguardando encerramento da instrução	581	847	45,78%	964	13,81%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	70	86	22,86%	78	-9,30%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	74	134	81,08%	1	-99,25%



TOTAL	1.043	1.430	37,10%	1.500	4,90%
--------------	--------------	--------------	---------------	--------------	--------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Porto Alegre – 13ª Vara	42,85%	56,61%	32,12%	57,76%	2,04%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	55,03%	24,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 56,61% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 32,12% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, a seu turno, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 12,28 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.08)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	550	37,83	408	35,60	326	30,19
	Julgado procedente	8	0,55	18	1,57	18	1,67
	Julgado procedente em parte	542	37,28	400	34,90	396	36,67
	Julgado improcedente	129	8,87	107	9,34	145	13,43
	Extinto	9	0,62	4	0,35	0	0,00
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	58	3,99	16	1,40	17	1,57
	Arquivamento (art. 844 CLT)	76	5,23	166	14,49	161	14,91
	Desistência	26	1,79	24	2,09	15	1,39
	Outras decisões	56	3,85	3	0,26	2	0,19
TOTAL		1.454	100	1.146	100	1.080	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

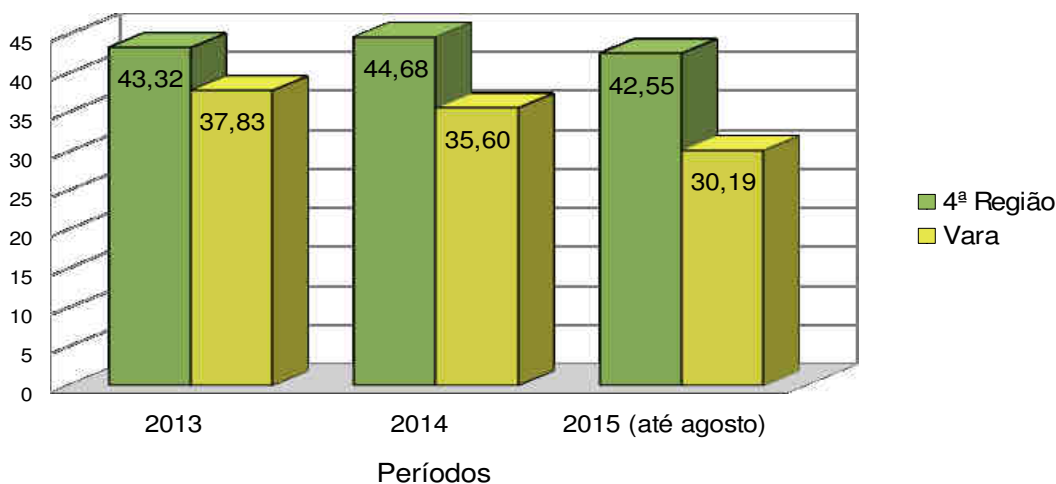


Verificou-se um decréscimo de 308 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa uma redução de 21,18%. Essa queda supera consideravelmente a tendência apresentada na 4ª Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Dentre os tipos de solução, constatou-se uma redução no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 688 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 529 decisões, representando um decréscimo de 23,11%. O desempenho da Unidade nesse quesito também se mostra abaixo da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma queda no número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 550, representando 37,83% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 408, correspondendo a 35,60% - índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e agosto do corrente ano o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 30,19% - resultado novamente abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos Pendentes de Liquidação

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Iniciadas	443	425	-4,06%	109	-74,35%
Encerradas	626	288	-53,99%	148	-48,61%



Pendentes	250	346	38,40%	293	-15,32%
Arquivo Provisório	9	7	-22,22%	6	-14,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 250, em 2013, para 346, em 2014, importando em uma elevação de 38,40%. Esse aumento supera a tendência verificada em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%). O principal fator que contribuiu para essa elevação foi a queda de 53,99% no número de liquidações encerradas na comparação com o ano anterior.

Em contrapartida, nos oito primeiros meses de 2015, houve recuo de 53 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma queda de 15,32%, maior do que a média de todo o TRT4 no período, que retrocedeu 1,87%.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Porto Alegre – 13ª Vara	31,81%	57,33%	80,25%	67,47%	17,68%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	52,76%	19,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi de 57,33% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 80,25% em relação ao índice do ano anterior. Por sua vez, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 13,17 pontos percentuais superior ao congestionamento médio do TRT4.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	723	361	-50,07%	166	-54,02%
	Desarquivadas para prosseguimento	35	1.072	2.962,86%	4	-99,63%
Saídas	Encerradas	728	499	-31,46%	134	-73,15%
	Arquivadas Provisoriamente	276	99	-64,13%	57	-42,42%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	43	33	-23,26%	21	-36,36%
	Demais	1.055	922	-12,61%	909	-1,41%



	Total	1.098	955	-13,02%	930	-2,62%
	Saldo no arquivo Provisório	2.171	1.190	-45,19%	1.232	3,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre passou de 1.098 para 955 processos – o que corresponde a uma redução de 13,02% em relação ao ano anterior. Tal índice foi bastante superior à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator que contribuiu para essa redução (a despeito de ter havido uma redução de 31,46% no número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013) foi a queda de 50,07% no número de execuções iniciadas na comparação com o ano anterior.

A seu turno, no período de janeiro a agosto de 2015, o estoque de processos na fase de execução na Unidade Judiciária apresentou uma redução de 2,62% em relação ao final do ano anterior – resultado superior à média regional no mesmo período, que avançou 1,88%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Porto Alegre – 13ª Vara	63,12%	65,80%	4,24%	88,05%	33,81%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	81,60%	15,24%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 65,80% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 4,24% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, em contrapartida, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 4,99 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Porto Alegre – 13ª Vara	81,79%	86,25%	5,46%	94,20%	9,21%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	89,16%	5,01%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre na fase de execução, a qual passa a corresponder a 86,25% – 5,46% superior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice



da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 1,34 ponto percentual maior.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	305	69	-77,38%	47	-31,88%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	210	80	-61,90%	63	-21,25%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.996	1.977	-0,95%	1.967	-0,51%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.08.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **16 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	Processo nº 0110500-20.2007.5.04.0013
Situação processual: em 08.05.2012, foi publicada decisão julgando extinta a execução e determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores e o oportuno arquivamento dos autos. Em 07.12.2012, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 20.12.2012, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: em 12.09.2011, as coexecutadas “Atento Brasil S.A.” e “Terra Networks Brasil S.A.” foram incluídas no BNDT, com a anotação da situação “com garantia do juízo”. Em 07.12.2012, apenas a primeira ré foi excluída do BNDT.	
2	Processo nº 0001200-26.2007.5.04.0013
Situação processual: em 26.10.2012, foi publicada decisão julgando extinta a execução, tendo em vista a inexistência de quaisquer pendências no feito, e determinando o oportuno arquivamento dos autos. Em 11.10.2012, foi inserido no sistema informatizado o andamento	



“extinta a execução”. Em 11.03.2013, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 12.09.2011, a executada “Associação Educacional Luterana do Brasil - AELBRA” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “com garantia do juízo”.

3

Processo nº 0012400-93.2008.5.04.0013

Situação processual: em 17.02.2012, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores, seguida pela liberação à reclamada do saldo remanescente dos depósitos por ela efetuados. Em 08.10.2012, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 16.10.2012, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 13.09.2011, a executada “Pepsico do Brasil Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “com garantia do juízo”.

4

Processo nº 0124400-75.2004.5.04.0013

Situação processual: em 06.09.2012, foi publicada decisão julgando extinta a execução, tendo em vista a inexistência de quaisquer pendências no feito, e determinando o oportuno arquivamento dos autos. Em 10.10.2012, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 14.03.2013, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 12.09.2011, a executada “Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “com garantia do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.10.2015)

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os seguintes processos já arquivados definitivamente:

Processo nº		
0001402-95.2010.5.04.0013	0023100-31.2008.5.04.0013	0023700-18.2009.5.04.0013
0000280-47.2010.5.04.0013	0000365-33.2010.5.04.0013	0039900-03.2009.5.04.0013
0045500-05.2009.5.04.0013	0055900-78.2009.5.04.0013	0087900-05.2007.5.04.0013
0009000-76.2005.5.04.0013	0092200-44.2006.5.04.0013	0092600-73.1997.5.04.0013

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 31.08)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	456	359	147	369	411	95	243	260	88
Antecipações de tutela	125	91	56	159	121	73	121	117	78



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Impugnações à sentença de liquidação	82	48	37	43	51	27	28	38	32
Embargos à execução	293	164	157	151	197	102	77	83	95
Embargos à arrematação	0	1	1	5	5	1	1	2	0
Embargos à adjudicação	0	3	0	4	4	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	20	6	23	8	16	14	7	4	17

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 739 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 24,28% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 19,79% na comparação entre os anos de 2013 e 2014, passando de 672 para 805; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 caiu de 421 para 312 processos. Destaca-se, por fim, que em 31.08.2015 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 310 processos, saldo similar ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução são a espécie que correspondem à maior parte (30,65%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0001344-58.2011.5.04.0013
Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição, em 05.02.2015, de embargos de declaração pela reclamada. Infere-se, entretanto, ter havido equívoco no lançamento do incidente processual apresentado pela parte ré no sistema informatizado, na medida em que foi publicado despacho, no dia 06.03.2015, recebendo os embargos à execução apresentados pela demandada, e que no dia 30.06.2015 foi lançado andamento correspondente à decisão proferida no incidente processual em tela (embargos à execução improcedentes). Verifica-se, desse modo, que segue pendente de solução até o presente momento o incidente processual equivocadamente lançado no sistema inFOR.	
2	Processo nº 0128800-98.2005.5.04.0013
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 15.07.2013, de impugnação à sentença de liquidação pela parte autora. Em 30.07.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo acolheu a insurgência ventilada no referido incidente processual, determinando o lançamento, na conta de liquidação homologada, dos honorários advocatícios deferidos na sentença. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	



3 **Processo nº 0128800-98.2005.5.04.0013**

Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 04.11.2013, de **embargos à execução** pela parte ré. Em 11.11.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer o incidente processual apresentado, por intempestivo. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

4 **Processo nº 0001077-86.2011.5.04.0013**

Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 19.02.2014, de **exceção de pré-executividade** pela parte ré. Em 21.03.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer o incidente processual apresentado, por incabível. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.10.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	101,18	139,19	37,56%	153,17	10,04%
	Ordinário	290,99	300,69	3,33%	336,17	11,80%
	Total	267,90	283,12	5,68%	322,06	13,76%

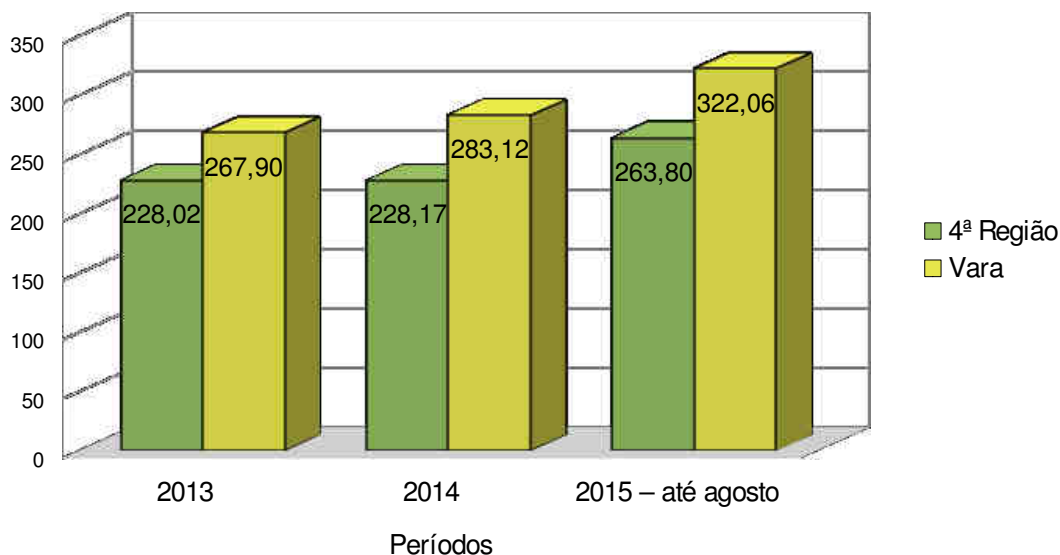
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma elevação de 5,68%, passando de 267,90 para 283,12 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 37,56% em relação à média do ano anterior, passando de 101,18 para 139,19 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 300,69 dias, 3,33% mais moroso na comparação com 2013. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e agosto de 2015 apontam uma nova elevação (13,76%) no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

Ainda, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 24,08% mais moroso (54,95 dias) que a média de todas as Unidades do TRT4, ao passo que no período de janeiro a agosto de 2015 o prazo médio foi 22,09% mais longo (58,26 dias) do que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	179,94	165,12	-8,24%	153,21	-7,21%
	Ordinário	267,79	230,54	-13,91%	287,14	24,55%
	Total	260,78	226,45	-13,16%	274,21	21,09%

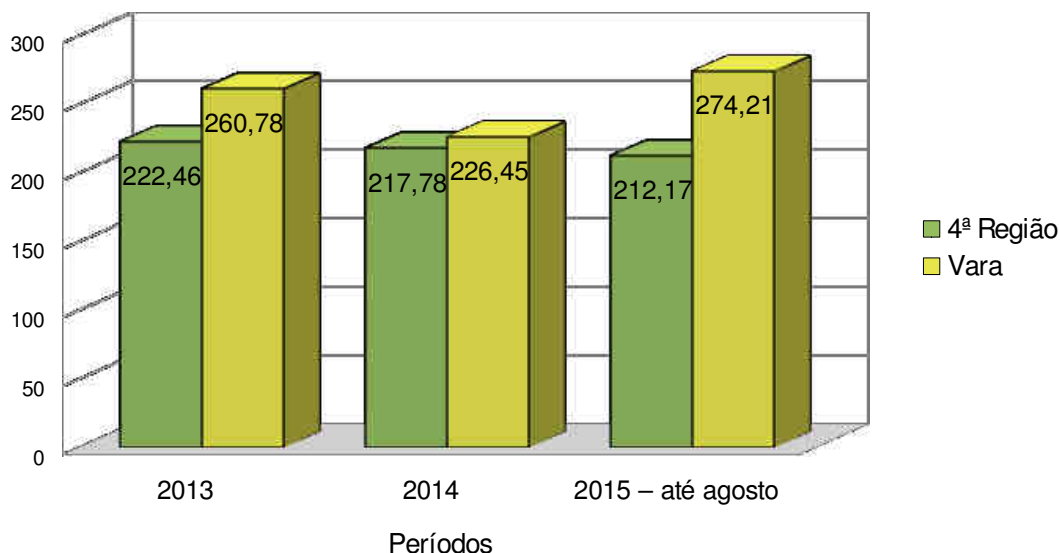
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 165,12 dias, o que equivale a uma redução de 8,24% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 230,54 dias, 13,91% mais célere na comparação com 2013. A seu turno, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a agosto, apontam uma tendência de nova redução do prazo médio entre o início e o encerramento da liquidação no tocante ao rito sumaríssimo, e de elevação desse lapso com relação ao rito ordinário.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2014 foi 3,98% mais moroso (8,67 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região, e 29,24% mais lento (62,04 dias) nos oito primeiros meses de 2015. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	658,21	557,66	-15,28%	499,96	-10,35%
	Ente público	1.173,30	1.148,29	-2,13%	1.154,83	0,57%
	Total	688,66	603,32	-12,39%	536,01	-11,16%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

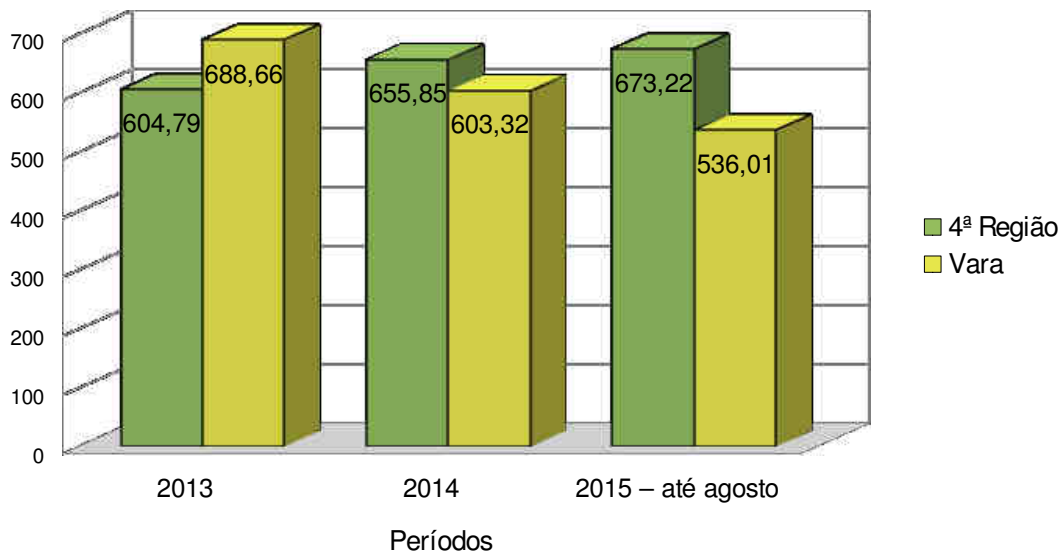
O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 557,66 dias, o qual foi 15,58% menor do que o prazo do ano anterior, ao passo que entre janeiro e agosto de 2015 esse prazo foi de 499,96 dias, 10,35% menor do que em 2014.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 1.148,29 dias, 2,13% mais célere do que a média do ano anterior; já em 2015, o prazo médio subiu para 1.154,83 dias, lapso 0,57% mais longo do que em 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 8,01% mais célere (52,53 dias) do que a média regional. Por sua vez, os dados de janeiro a agosto de 2015 apontam que, nesse período, o prazo médio de tramitação na Unidade foi 20,38% inferior (137,21 dias) à média de todo o TRT4.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

5.1.1 Meta 2 – 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.3 Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
1.222	1.222	100,00%	Meta cumprida



5.1.4 Meta 2 – 2013: “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.232	1.231	99,92%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.597	1.146	71,76%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados até 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre 01/01/2012 e 31/12/2014	%	Resultado
284	283	99,65%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados até 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre 01/01/2013 e 31/12/2014	%	Resultado
993	979	98,59%	Meta cumprida

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3.449
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	426
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	460
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	720
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	736
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	361
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	943
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	20
P5.16	Número total de processos em fase de execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	19
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
12,02%	Meta cumprida



META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
Não avaliado*	Não avaliado*

*Na jurisdição de Porto Alegre, a 18ª Vara do Trabalho possui competência funcional em feitos em que a Fazenda Pública figura como parte.

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.08.2015	Solucionados até 31.08.2015	%	Resultado parcial (até agosto)
1.124	1.080	96,09%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12. 2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013			
Processos não julgados até 31/12/2013	Processos distribuídos até 31/12/2013 e julgados entre 01/01/2014 e 31/08/2015	%	Resultado parcial (até agosto)
1.028	933	90,76%	Meta já cumprida

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.08)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.08)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até agosto)
166	187	112,65%	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta



5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até agosto)
0	Meta já cumprida

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (31.08.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até agosto)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	59	52	58	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
2º Estado do Rio Grande do Sul	32	40	31	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	36	16	35	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	7	5	6	
5º União	24	14	23	
6º OI S.A.	31	18	30	
7º Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	25	6	24	
8º Caixa Econômica Federal - CEF	14	20	13	
9º Banco do Brasil S.A.	10	7	9	
10º Hospital Nossa Senhora da Conceição	48	32	47	

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.08)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até agosto)
228,17	283,12	322,06	280,28	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.08)	Meta para 2015	Resultado parcial (até agosto)
Total de acordos	550	408	479	326	484	Média parcial indicativa de cumprimento da meta
Média mensal de acordos	45,83	34	39,92	46,57	40,33	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	6 (I) 1 (U) 3 (P)	-
Tarde	-	6 (I) 1 (U) 4 a 5 (P)	6 (I) 1 (U) 4 a 5 (P)	6 (I) 1 (U) 4 a 5 (P)	-
J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	2 a 3 (U) 3 a 4 (P)	2 a 3 (U) 3 a 4 (P)	2 a 3 (U) 3 a 4 (P)	-	-
Tarde	22 a 24 (I)	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 28.10.2015)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias



E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	10.12.2015 (na data da correição haviam 108 iniciais aguardando liberação de horários pela Magistrada)	14.12.2015	Aguardando liberação de datas e horários pela Magistrada	14.12.2015
Una Sumaríssimo	10.12.2015	16.11.2015	Aguardando liberação de datas e horários pela Magistrada	25.11.2015
Instrução	18.10.2016	23.11.2016	19.10.2016	28.11.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 28.10.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	58,37	75,91	30,05%	92,33	21,64%
	Ordinário	54,29	64,06	18,00%	77,3	20,67%
	Total	54,82	65,29	19,10%	78,59	20,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio aumentado de 58,37 dias, em 2013, para 75,91 dias, em 2014 (elevação de 30,05%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 54,29 dias, em 2013, para 64,06 dias, em 2014 (aumento de 18%). Por sua vez, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a agosto, apontam para uma tendência de nova elevação dos prazos médios para a realização das audiências iniciais tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em



consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
André Sessim Parisenti	21	9	2	2	34
Anita Job Lübbe	663	329	39	14	1.045
Carolina Santos Costa de Moraes	572	384	33	19	1.008
Guilherme da Rocha Zambrano	85	38	3	0	126
Matheus Brandão Moraes	25	13	3	1	42
Sonia Maria Pozzer	1	0	0	0	1
TOTAL	1.367	773	80	36	2.256
2015 (até 31.08)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Anita Job Lübbe	446	263	36	9	754
Carolina Santos Costa de Moraes	0	1	0	0	1
Guilherme da Rocha Zambrano	383	242	33	8	666
Jaqueline Maria Menta	19	13	2	0	34
Sonia Maria Pozzer	0	1	0	0	1
(Juiz não informado)	8	0	0	0	8
TOTAL	856	520	71	17	1.464

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Adriana Freires	-	1	0	1	-	1
André Sessim Parisenti	8	5	0	13	2	15



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Anita Job Lübbe	166	267	3	436	110	546
Carolina Santos Costa de Moraes	172	230	1	403	68	471
Guilherme da Rocha Zambrano	51	0	0	51	24	75
Gustavo Pusch	-	9	0	9	-	9
Matheus Brandão Moraes	11	12	0	23	5	28
Rodrigo Trindade de Souza	-	1	0	1	-	1
TOTAL	408	525	4	937	209	1.146
2015 (até 31.08)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
André Sessim Parisenti	0	1	0	1	0	1
Anita Job Lübbe	145	342	0	487	89	576
Carolina Santos Costa de Moraes	1	50	0	51	0	51
Guilherme da Rocha Zambrano	169	166	0	335	104	439
Jaqueline Maria Menta	7	0	0	7	2	9
Sonia Maria Pozzer	1	0	0	1	0	1
Juiz não informado	4	0	0	4	0	4
TOTAL	327	559	0	886	195	1.081

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.09.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Titular – Anita Job Lübbe		
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias		
Juiz Substituto lotado – Guilherme da Rocha Zambrano		
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias		
Juíza Substituta – Jacqueline Maria Menta		
0021708-46.2014.5.04.0013	0021317-91.2014.5.04.0013	0021719-75.2014.5.04.0013
0021244-22.2014.5.04.0013	-	-
Total: 04 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

A Diretora de Secretaria informou que a Unidade esteve com portaria de greve de 09.6.2015 a 28.9.2015 sendo que neste período foram priorizados a expedição de alvarás (nos processos em que havia determinação para confecção), os processos com pauta designada e as medidas de urgência.



7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Na data da visita correcional estavam sendo expedidas as notificações e ofícios referentes ao mês de outubro. De 28.9.2015 a 21.10.2015 foram expedidas todas as notificações pendentes no período de greve.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Havia um precatório por expedir, com determinação datada de 26.5.2015; todos os demais cumprimentos de execução referiam-se a despachos da segunda quinzena de outubro/2015.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás para reclamantes são expedidos em 48 horas, a contar da determinação. Os demais são expedidos em até 15 dias após a determinação.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Tarefa executada em 24 horas, a contar da protocolização.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A Diretora de Secretaria informou que a análise de protocolo é efetuada por quatro servidores, sendo a tarefa distribuída da seguinte maneira:

- Paulo – protocolo das segundas e terças-feiras;
- Jaciara – protocolo das quartas-feiras;
- Rodrigo – protocolo das quintas-feiras;
- Michele – protocolo das sextas-feiras.

Na data da inspeção correcional, estavam pendentes de análise os protocolos de 19.10, 20.10, 21.10, 22.10 e 23.10.2015.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Em razão da Portaria 02/2015, da Unidade, determinando a interrupção dos prazos no período de greve (de 09.6 a 28.9.2015) a certificação de decurso de prazo foi organizada na forma abaixo:

- de 28.9 a 23.10.2015 foram certificados todos os prazos decorridos até 09.6.2015. Além disso, foram expedidas notificações reabrindo os prazos de todos os processos que tiveram prazos interrompidos no período de greve.

A Diretora de Secretaria informou que elaboraram um cronograma para regularização das pendências decorrentes da greve no período de 26.10 a 30.11.2015. A expectativa é que em 30.11.2015 a Secretaria esteja certificando o prazo de 23.11.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Não havia pendências na data da visita correcional.



7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Tarefa executada mensalmente. Não havia pendências.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0044700-36.1993.5.04.0013 ¹	03.02.2014	1 ano, 7 meses e 26 dias
2	0001113-60.2013.5.04.0013 ¹	11.07.2014	1 ano, 2 meses e 18 dias
3	0090000-30.2007.5.04.0013 ²	18.02.2015	7 meses e 11 dias
4	0056300-63.2007.5.04.0013 ³	24.06.2015	3 meses e 5 dias
5	0000120-85.2011.5.04.0013	28.07.2015	2 meses e 1 dia
6	0141500-04.2008.5.04.0013	10.08.2015	1 mês e 19 dias
7	0051500-55.2008.5.04.0013	1º.09.2015	28 dias
8	0128800-98.2005.5.04.0013	08.09.2015	21 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2015)

¹ Proferido despacho determinando busca e apreensão dos autos, cuja diligência resultou negativa. Aguardando apreciação do Juízo.

² Proferido despacho determinando notificação para devolução dos autos, sem cumprimento até a data desta consulta.

³ Expedida notificação para devolução dos autos.

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0126900-41.2009.5.04.0013 ¹	19.04.2015	5 meses e 10 dias
2	0040100-20.2003.5.04.0013	06.07.2015	2 meses e 23 dias
3	0021900-23.2007.5.04.0013	06.07.2015	2 meses e 23 dias
4	0000914-72.2012.5.04.0013	15.07.2015	2 meses e 14 dias
5	0000881-82.2012.5.04.0013	15.07.2015	2 meses e 14 dias
6	0000434-94.2012.5.04.0013	15.07.2015	2 meses e 14 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2015)

¹ Deferida dilação de prazo, já vencido, e protocolado novo pedido de dilação em 06.08.2015, ainda não apreciado até a data desta consulta.



7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	013-00019/15	0037800-22.2002.5.04.0013	02.03.2015	6 meses e 27 dias
2	013-00198/15	0142000-36.2009.5.04.0013	08.06.2015	3 meses e 21 dias
3	013-00203/15	0000804-10.2011.5.04.0013	30.06.2015	2 meses e 29 dias
4	013-00206/15	0000227-61.2013.5.04.0013	30.06.2015	2 meses e 29 dias
5	013-00207/15	0000370-84.2012.5.04.0013	30.06.2015	2 meses e 29 dias
6	013-00174/15	0090800-92.2006.5.04.0013	09.07.2015	2 meses e 20 dias
7	013-00200/15	0136900-42.2005.5.04.0013	23.07.2015	2 meses e 6 dias
8	013-00244/15	0026000-50.2009.5.04.0013	07.08.2015	1 mês e 22 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 28.09.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **919 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0001194-09.2013.5.04.0013
Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 155; termo de juntada no verso da fl. 164 com espaços em branco; termo de remessa no verso da fl. 167 com espaços em branco. Movimentação processual: o prazo das notificações das fls. 147-148 expirou em 24.3.2015 e o impulso processual ocorreu em 27.4.2015 (prazo superior a 30 dias); a falta de movimentação processual após a juntada do cálculo das fls. 156-164, foi justificada na certidão da fl. 167 (adesão dos servidores ao movimento grevista a partir de 09.6.2015 até o envio dos autos à Corregedoria, em 28.9.2015).	
2	0000848-58.2013.5.04.0013
Aspectos gerais dos autos*: não foram lavrados termos para juntada das devoluções postais das fls. 90-91; ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 142-144, 146 e 148; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 165; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 167. Movimentação processual: a notificação às partes foi expedida 11 dias após a publicação da sentença das fls. 136-138; os autos ficaram sem movimentação no período de 19.5.2014 a 16.6.2014 em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista (conforme certidão da fl. 151); os autos ficaram 30 dias sem movimentação, da certidão do oficial de justiça (fl. 157) ao despacho da fl. 158; cumprimento do despacho da fl. 158 em 30 dias; petição da fl. 166-167 apreciada 21 dias após a	



protocolização; os autos ficaram sem movimentação de 17.12.2014 a 01.6.2015; no período de 09.6.2015 a 25.9.2015 os autos não foram movimentados em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista, conforme certidão da fl. 180.

3

0001628-32.2012.5.04.0013

Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 192 e fl. 193; não foram lavrados termos para juntada das devoluções postais das fls. 201 e 206; termo de remessa no verso da fl.209 com espaços em branco. **Movimentação processual:** análise dos pressupostos do recurso ordinário das fls. 185-188, 23 dias após a protocolização (despacho da fl. 189); cumprimento do despacho da fl. 189 em prazo superior a 100 dias (fls. 190-191); cumprimento do despacho da fl. 207 em 19 dias; após a expedição do edital da fl. 208, em 04.5.2015, não houve movimentação processual; a certidão da fl. 209 justifica a falta de impulso processual (adesão dos servidores ao movimento grevista no período de 09.6.2015 a 25.9.2015).

4

0000221-54.2013.5.04.0013

Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 296; termo de remessa no verso da fl. 310 com espaços em branco. **Movimentação processual:** petição da fl. 277 apreciada 28 dias após a protocolização; no período de 19.5.2014 a 16.6.2014 os autos não foram movimentados em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista, conforme certificado à fl. 279; petição da fl. 284 apreciada 24 dias após a protocolização; movimentação processual 20 dias após a certificação de decurso de prazo à fl. 286/verso; cumprimento do despacho da fl. 290 em 20 dias; conforme registros do Infor o mandado da fl. 294 foi devolvido em 30.10.2014 e o impulso processual ocorreu em 04.12.2014; despacho da fl. 309 pendente de cumprimento; não houve movimentação processual de 09.6.2015 a 25.9.2015 em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista, conforme certificado à fl. 310.

5

0000227-61.2013.5.04.0013

Aspectos gerais dos autos*: não foi lançado à fl. 166 a data de devolução dos autos, nem assinatura, nem identificação do servidor responsável; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 216; ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 226; não foi lavrado termo para juntada da petição das fls. 228-229; termo de remessa no verso da fl. 233 com espaços em branco. **Movimentação processual:** o recurso ordinário das fls. 143-148 foi protocolizado em 14.4.2014 e o impulso processual ocorreu em 06.5.2014, 22 dias após; ; no período de 19.5.2014 a 16.6.2014 houve prejuízo na movimentação processual em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista, conforme certificado à fl. 151; cumprimento do despacho da fl. 163 em 15 dias; o prazo da notificação da fl. 215 expirou em 09.2.2015 e o impulso processual ocorreu em 06.3.2015 (despacho da fl. 218); o prazo da notificação da fl. 220 expirou em 07.4.2015 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 05.5.2015 (verso da fl. 220); à fl. 233 foi certificado que a movimentação processual foi prejudicada no período de 09.6.2015 a 25.9.2015 em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista.

6

0000096-57.2011.5.04.0013

Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 402 e à fl. 408; termo de juntada no verso da fl. 418 com espaços em branco; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 429; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 440; ausência de identificação do servidor que lavrou o termo de juntada da fl. 444/verso; ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 445 a 448; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 449; ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 452 e 453; termo de remessa no verso da fl. 472 com espaços em branco. **Movimentação processual:** a certidão da fl. 396 noticia que os



andamentos do processo ficaram prejudicados no período de 19.5.2014 a 16.6.2014 em razão da adesão dos servidores da Unidade ao movimento grevista; petição das fls. 411-412 apreciada 15 dias após a protocolização (despacho da fl. 413); conforme andamentos do Infor o mandado das fls. 432-435 foi devolvido à Secretaria da Vara em 01.12.2014 e o impulso processual ocorreu em 14.1.2015 (fl. 436), prazo superior a 30 dias; cumprimento do despacho da fl. 436, proferido em 16.1.2015, em 03.2.2015, 16 dias após; o prazo da notificação da fl. 471 expirou em 29.6.2015, sendo que a certidão da fl. 472 informo que houve prejuízo da movimentação processual no período de 09.6.2015 a 25.9.2015 em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista.

7

0001428-25.2012.5.04.0013

Aspectos gerais dos autos*: termo de conclusão da fl. 395 datado equivocadamente; termo de juntada no verso da fl. 424 sem assinatura e sem identificação de servidor; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 425; termo de juntada no verso da fl. 435 sem assinatura e sem identificação de servidor; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 436; termo de remessa no verso da fl. 449 com espaços em branco. **Movimentação processual:** até o envio dos autos à Corregedoria não foi feita a análise dos pressupostos de admissibilidade do recurso ordinário interposto às fls. 436-448, em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista no período de 09.6.2015 a 25.9.2015, conforme certificado à fl. 449.

8

0001363-64.2011.5.04.0013

Aspectos gerais dos autos: ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 271, 272 e 273; nas fls. 279 e 306 não foi lançada a data da devolução, nem assinatura, nem identificação do servidor responsável; à fl. 318 não consta identificação do servidor quando da devolução dos autos; ausência de assinatura e identificação do servidor quando da devolução dos autos às fls. 328, 339, 353, 361 e 366; termo de remessa no verso da fl. 371 com espaços em branco. **Movimentação processual:** o cálculo de liquidação das fls. 280-302 foi protocolizado em 28.4.2014 e o impulso processual ocorreu em 23.5.2014 (fl. 303); a certidão da fl. 304 notícia que não houve movimentação processual no período de 19.5.2014 a 16.6.2014 em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista; a manifestação das fls.307-316, protocolizada em 09.7.2014, foi apreciada em 05.8.2014; o despacho da fl. 370 pende de cumprimento; a certidão da fl. 371 justifica a falta de impulso processual em razão da adesão dos servidores ao movimento grevista de 09.6.2015 a 25.9.2015.

9

0018500-30.2009.5.04.0013

Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 211; o cálculo das fls. 214-250 não observa a ordem cronológica dos autos, considerando que protocolizado em data anterior aos termos de encerramento e abertura das fls. 212 e 213; ausência de identificação do servidor que lavrou o termo de juntada no verso da fl. 251; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 254 e à fl. 277; ausência de identificação do servidor que lavrou o termo de juntada no verso da fl. 277; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 281; termo de remessa no verso da fl. 332 com espaços em branco. **Movimentação processual:** as partes ainda não foram intimadas para ciência do cálculo de liquidação das fls. 282-331 em razão da adesão de servidores ao movimento grevista, no período de 09.6.2015 a 25.9.2015, conforme certificado à fl. 332.

10

0000717-83.2013.5.04.0013

Aspectos gerais dos autos*: ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 333 e 334; termo de remessa no verso da fl. 382 com espaços em branco. **Movimentação processual:** os autos retornaram do TRT em 20.7.2015 e foram movimentados em 01.9.2015 em razão da adesão de servidores ao movimento grevista no período de 09.6.2015 a 25.9.2015, conforme certificado à fl. 382; o despacho da fl. 381 está pendente de cumprimento.



* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Petição não apreciada	0000213-77.2013.5.04.0013
	0000530-75.2013.5.04.0013
	0000143-60.2013.5.04.0013
Autos aguardando arquivamento	0001012-28.2010.5.04.0013
	0001082-40.2013.5.04.0013
	0001632-69.2012.5.04.0013
Despacho aguardando cumprimento	0000019-43.2014.5.04.0013
	0005000-96.2006.5.04.0013
	0000430-57.2012.5.04.0013
Carta precatória aguardando devolução/andamento	0000575-79.2013.5.04.0013
	0003900-43.2005.5.04.0013
	0001222-11.2012.5.04.0013
Demora no impulso processual	0027800-50.2008.5.04.0013
	0000446-11.2012.5.04.0013
	0104100-92.2004.5.04.0013
Execução reunida ou suspensão do processo sem registro no INFOR	0000937-18.2012.5.04.0013
	0000985-74.2012.5.04.0013
	0000983-07.2012.5.04.0013
Processo recebido de outro órgão ou CP devolvida à origem sem andamento	0000006-44.2014.5.04.0013
	0000013-36.2014.5.04.0013
	0000016-88.2014.5.04.0013
Processos aguardando remessa ao TRT	0001040-88.2013.5.04.0013
	0000511-69.2013.5.04.0013
	0000543-11.2012.5.04.0013
Registros desatualizados	0067200-52.2000.5.04.0013
	0034400-87.2008.5.04.0013
	0080600-31.2003.5.04.0013

No exame dessa listagem, verificou-se elevada quantidade de processos que dependem efetivamente de impulso processual. Essa situação é verificada



em todas as fases, excetuados os processos que aguardam cumprimento de acordo, pagamento de precatório e andamento de outras ações.

Verificou-se, também, relevante quantidade de processos que aguardam a execução de outro feito mas não registram o andamento de “Processo suspenso/sobrestado” ou “Execução reunida”, de acordo com cada caso. Tal situação prejudica o desempenho da Unidade na apuração do número de processos em fase de execução e na contagem do tempo médio de tramitação das demandas nessa fase.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **não observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJe na Unidade Judiciária ocorreu em 23.09.2013.

Para efeito correcional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 20.10.2015 e 27.10.2015 com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Agrupador	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	40	20435.38.2014	11.9.2015
c/habilitações não lidas	-	85	-	28.10.2015
c/pedido de liminar	-	01	21462.16.2015	27.10.2015
C/petições não apreciadas	-	330	08 processos	05.10.2015
Mandados devolvidos OJ	-	146	-	28.10.2015
Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento providência	Conhecimento	97	04 processos na subpasta '1 a 15.7'	15.7.2015
Aguardando cumprimento providência	Liquidação	-	-	28.10.2015
Aguardando cumprimento providência	Execução	06	01 processo na subpasta '16 a 31.10'	31.10.2015
Aguardando ciência	Conhecimento	05	21340.03.2015	23.10.2015
Aguardando ciência decisão-ConPra	Conhecimento	-	-	28.10.2015
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	351	20315.86.2014 20125.60.2013	25.9.2014 07.10.2014
Aguardando término dos prazos	Liquidação	05	20737.27.2015	21.9.2015
Aguardando término dos prazos	Execução	32	02 processos na subpasta '16 a 31.5'	31.5.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	28.10.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Conhecimento	08	-	28.10.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Liquidação	-	-	28.10.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Execução	-	-	28.10.2015
Controle manual prazo pós sent.	Conhecimento	09	20645.49.2015	09.9.2015
Controle manual prazo pós sent	Liquidação	-	-	28.10.2015
Controle manual prazo pós sent	Execução	-	-	28.10.2015
Prazos vencidos	Conhecimento	82	21146.37.2014	24.9.2015
Prazos vencidos	Liquidação	02	21125.61.2014	05.10.2015
Prazos vencidos	Execução	14	21504.02.2014	11.3.2015
Remeter ao 2º grau		11	20368.04.2013	03.10.2015
Triagem inicial	-	112	20451.83.2014 - pasta J1 21182.03.2015 - pasta J2	20.3.2015 31.8.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificaram-se alguns lapsos de movimentação decorrentes do período de adesão dos servidores ao movimento grevista. Quanto à designação de audiências iniciais, a Unidade não tem observado o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na



designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT), havendo alguns processos pendentes de designação de audiência inicial há algum tempo como é possível verificar na tabela acima, item “Triagem Inicial”.

Assim como verificado com os processos físicos, com o término do movimento grevista, eventuais lapsos de movimentação verificados no PJE estão sendo recuperados gradativamente.

De qualquer forma, reiterou-se à Diretora de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre compartilha da propensão de aumento de acervo processual que afeta as demais unidades do Foro Trabalhista da Capital, com ênfase para a fase de conhecimento. Nota-se, contudo, contraponto nas fases de liquidação e execução, nas quais evidencia-se certa redução dos estoques, respectivamente a partir do ano de 2013 e dos anos de 2014 e 2015. Esse quadro geral afeta o prazo de tramitação médio da fase de conhecimento, que se mantém acima da média regional desde 2013 e continua com tendência de elevação em 2015, o que também ocorre em relação à fase de liquidação. Em contrapartida, a unidade revelou resultados muito positivos na fase de execução, cujo prazo de tramitação, que já estava abaixo do lapso médio regional desde 2014, ainda apresentou diminuição nos oito primeiros meses de 2015 – além disso, a unidade já atingiu a meta específica do CNJ para o presente ano, tendo baixado quantidade maior de processos de execução do que número de casos novos.

Conforme se pode constatar quando do exame dos processos físicos, os lapsos observados estão necessariamente relacionados aos períodos de adesão dos servidores ao movimento de greve da categoria. A Diretora de Secretaria Jeane Marie Gavard relatou que a adesão dos servidores à greve, embora legítima, teve relevante repercussão sobre as rotinas da secretaria, especialmente sobre os prazos da liquidação e execução.

De qualquer forma, mostra-se evidente que a unidade está consistentemente organizada para a recuperação de resultados por meio da instituição de um plano de recuperação muito bem elaborado e que conta com a adesão comprometida e motivada de toda a equipe de servidores.

A Juíza Titular Anita Job Lübbe e o Juiz Substituto lotado Guilherme da Rocha Zambrano demonstraram seu comprometimento com a jurisdição, assim como representam louvável paradigma de trabalho colaborativo e integrado entre magistrados que exercem a jurisdição em regime de lotação, o que pode



ser verificado durante a correição, momento em que o Juiz Substituto lotado realizava as audiências iniciais enquanto a Juíza Titular acompanhava a correição. Ademais, também apresentaram excelente produtividade, não tendo sido apontados processos à espera de prolação de sentença com prazo legal excedido.

Ao final, a Corregedora elogiou o comprometimento de todos os servidores e exortou a equipe a sempre manter-se motivada para obtenção de melhores resultados. Aberta a palavra aos presentes, a Juíza Titular Anita Job Lübbe, salientou o bom trabalho que tem sido realizado por todos que compõem a equipe de servidores, a organização e comprometimento da Diretora de Secretaria Jeane Maria Gavard, que atua como gestora há cerca de 01 ano; enfatizou que a busca e o atingimento de bons resultados devem ser atribuídos a todos os servidores. Louvou, ainda, o bom relacionamento e a forma integrada de gestão da unidade proporcionada por meio da atuação do Juiz Substituto lotado Guilherme da Rocha Zambrano.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, e que os dados apurados até 31.08.2015 apontam tendência de não cumprimento da meta do presente ano.

ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3**, com o registro



no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) efetue a exclusão do andamento informatizado “Petição Protocolada – 290 – Embargos de Declaração – Oposição – RDA”, datado de 05.02.2015, no processo nº 0001344-58.2011.5.04.0013, seguida pelo lançamento, retroativo à referida data, do andamento “Petição Protocolada – 280 – Embargos à Execução/Penhora – Apresentação – RDA”;
- b) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 30.07.2013, relativos à conclusão para julgamento da impugnação à sentença de liquidação apresentada pela parte autora e da decisão que acolheu o referido incidente processual no processo nº 0128800-98.2005.5.04.0013;
- c) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 11.11.2013, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela parte ré e da decisão que deixou de receber o referido incidente processual no processo nº 0128800-98.2005.5.04.0013;
- d) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 21.03.2014, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré e da decisão que deixou de receber o referido incidente processual no processo nº 0001077-86.2011.5.04.0013.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Cientifique-se a Juíza substituta **Jaqueline Maria Menta** acerca dos processos conclusos há mais de 50 dias, indicados no item 6.7 deste relatório, para que profira as sentenças com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.



ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais, cumprindo de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada no processo nº 0001628-32.2012.5.04.0013, analisado no item 8.1;
- e) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- f) movimente os processos 0001194-09.2013.5.04.0013, 0001628-32.2012.5.04.0013, 0000221-54.2013.5.04.0013, 0000096-57.2011.5.04.0013, 0001428-25.2012.5.04.0013, 0001363-64.2011.5.04.0013, 0018500-30.2009.5.04.0013 e 0000717-83.2013.5.04.0013.



8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **919 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) diligencie no sentido de apreciar as petições protocoladas (processos nº 0000213-77.2013.5.04.0013, nº 0000530-75.2013.5.04.0013, nº 0000143-60.2013.5.04.0013);
- b) archive os processos (processos nº 0001012-28.2010.5.04.0013, nº 0001082-40.2013.5.04.0013, nº 0001632-69.2012.5.04.0013);
- c) dê cumprimento aos despachos proferidos (processos nº 0000019-43.2014.5.04.0013, nº 0005000-96.2006.5.04.0013, nº 0000430-57.2012.5.04.0013);
- d) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0027800-50.2008.5.04.0013, nº 0000446-11.2012.5.04.0013, nº 0104100-92.2004.5.04.0013);
- e) devolva ou dê andamento às Cartas Precatórias (processos nº 0000575-79.2013.5.04.0013, nº 0003900-43.2005.5.04.0013, nº 0001222-11.2012.5.04.0013);
- f) informe a reunião ou suspensão no INFOR, conforme o caso (processos nº 0000937-18.2012.5.04.0013, nº 0000985-74.2012.5.04.0013, nº 0000983-07.2012.5.04.0013);
- g) impulse o andamento dos processos recebidos/devolvidos à origem (processos nº 0000006-44.2014.5.04.0013, nº 0000013-36.2014.5.04.0013, nº 0000016-88.2014.5.04.0013);
- h) remeta ao TRT (processos nº 0001040-88.2013.5.04.0013, nº 0000511-69.2013.5.04.0013, nº 0000543-11.2012.5.04.0013),
- i) atualize os registros (processos nº 0067200-52.2000.5.04.0013, nº 0034400-87.2008.5.04.0013, nº 0080600-31.2003.5.04.0013).

ITEM 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Determina-se pronunciamento explícito sobre os pressupostos de admissibilidade recursal no despacho de recebimento dos recursos ordinários e dos agravos de petição.

ITEM 9 - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – Pje

Determina-se à unidade que, quanto à designação de audiências iniciais, observe o teor do art 1º da Recomendação nº 01, de 30.01.2014, da Corregedoria.



14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade pela Juíza Titular Anita Job Lübbe, pelo Juiz Substituto Guilherme da Rocha Zambrano, pela Diretora de Secretaria Jeanne Marie Gavard e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck
Corregedora Regional